

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

RECURSO ADMINISTRATIVO

Grupo 11

Pregão Eletrônico nº. 10/2020

Processo Administrativo nº. 19973.101170/2020-93

RECORRENTE: GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI

RECORRIDA: CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 02.685.728/0001-20, com sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 1500, Edifício Condomínio Arthur Bernardes, 1º andar, Conj. 12 e 13, Bairro Cidade Monções, CEP: 04.571-934, São Paulo/SP, vem, tempestivamente, perante este Ilustrado Órgão, por intermédio de seu representante legal que ao final subscreve, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que declarou a empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA vencedora do Grupo 11 do presente procedimento licitatório, por meio das razões de fato e de direito que serão a seguir trazidas.

#### 1. DOS FATOS

Como é cediço, o Ministério da Economia divulgou e realizou, por intermédio de seu Pregoeiro, o Pregão Eletrônico nº. 10/2020, que tem por objeto o "Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal – APF direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal – DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com cargos de Auxiliar Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilíngue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos". O objeto do certame foi dividido em 24 lotes distintos, a depender do órgão da Administração Pública Federal que receberá os serviços a serem prestados.

Neste sentido, após as fases de apresentação das propostas comerciais e de lances, a empresa CRIART restou a arrematante do Grupo 11 do pregão em tela, referente à prestação dos serviços no MEC e na FCP, sendo feita a análise dos documentos anexados no sistema. Ao final, após a análise da documentação enviada, a referida empresa foi declarada vencedora do certame do supramencionado grupo.

No entanto, data maxima venia, não poderia ter ocorrido a declaração da CRIART como vencedora do presente certame, uma vez que sua documentação vai de claro encontro às determinações do edital, sendo claramente ilegal. Assim, a decisão prolatada merece reforma, uma vez que vai de total encontro aos princípios mais básicos que regem não só as licitações, mas também os atos administrativos em geral.

Senão, vejamos.

#### 2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Ilustre Pregoeiro, como já foi ventilado acima, em minuciosa análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa CRIART, declarada vencedora do presente certame, foi possível identificar uma série de vícios acerca de sua capacidade técnica, os quais deveriam ter ensejado de imediato na inabilitação desta no devido certame.

Nesta toada, cabe trazer à tona o que é exigido pelo edital a título de comprovação de qualificação técnica:

##### 9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados em atividades compatíveis com o objeto desta licitação, que exigem ou exigiram, num determinado momento, a alocação de pelo menos 50% das quantidades de empregados estimadas no Anexo II do TR, CUMULATIVAMENTE aos lotes em que se sagrar vencedora.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Ilustre Julgador, conforme demonstrado acima, o edital exige que as licitantes apresentem atestados que comprovem que estas já executaram serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto do Grupo 11.

Acontece que, de todas as informações apresentadas pela recorrida em seus atestados, estas não são suficientes para demonstrar a capacidade técnica da arrematante, sobretudo ao ser analisada a compatibilidade destes com o objeto licitado quanto às quantidades e quanto aos prazos.

Em face ao disposto, é evidente a incapacidade técnica da recorrida no tocante à prestação do serviço especificada no Grupo 11, devendo ser rechaçados os atestados ora apresentados por esta.

Do exposto, conclui-se que não há como se admitir que seja dado provimento a decisão que declarou a CRIART vencedora do certame do Grupo 11 da presente licitação, uma vez que esta sequer comprovou sua qualificação técnica para a prestação dos serviços licitados.

Ademais, deve-se destacar que a recorrida não atende aos requisitos mínimos de qualificação econômico-financeira exigidos pelo instrumento convocatório. Neste diapasão, analisemos o item 9.10 do edital referente a dita qualificação:

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

[...]

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado anual do lote/grupo pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei; (Acórdão 1214/2013 TCU Plenário)

9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado anual da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Ocorre que, analisando a documentação juntada pela recorrida no presente certame, percebe-se que a recorrida não cumpre com os requisitos definidos nos itens 9.10.5.1 e 9.10.5.2 do instrumento convocatório.

Ora, Nobre Pregoeiro, à luz da documentação juntada pela empresa, verifica-se que o PATRIMÔNIO LÍQUIDO da empresa não atende ao patamar de 10% do valor estimado anual da contratação. Ademais, a referida empresa não consegue comprovar CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO ou CAPITAL DE GIRO no importe de 16,66% do valor estimado anual dos itens em que participou.

Ou seja, analisando-se com mais cautela a documentação apresentada pela recorrida, fica claro perceber que esta não demonstra possuir a qualificação econômico-financeira mínima exigida para prestar os serviços especificados no objeto do Grupo 11.

Dessa forma, é inquestionável que não há como se admitir que seja dado provimento a decisão que declarou a CRIART vencedora do certame do Grupo 11 da presente licitação, uma vez que esta sequer comprovou sua qualificação econômico-financeira para a prestação dos serviços licitados.

Assim sendo, inegável o fato de que merece reforma a decisão administrativa que declarou a CRIART vencedora do certame do Grupo 11, uma vez que esta desobedeceu às determinações contidas no ato convocatório, conforme foi demonstrado.

Portanto, mormente em razão da redação do art. 3º, caput, da Lei nº. 8.666/93, o qual preconiza que deve ser observada a vinculação dos atos administrativos realizados no certame às determinações do instrumento convocatório, a empresas deve ser excluída do presente certame. Senão, vejamos:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Com efeito, tendo em vista que a licitante não obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital, a decisão administrativa trazida à baila fere, ainda, o princípio do julgamento objetivo, malferindo, além do art. 3º, caput, os seguintes dispositivos da Lei nº. 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

[...]

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

[...]

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

A Administração não pode criar critério de julgamento não inserido no instrumento convocatório ou deixar de seguir os que já estão ali definidos, pois estaria malferindo o princípio do julgamento objetivo, vez que o "edital não pode transferir para a Comissão a definição dos critérios de julgamentos; estes devem estar previamente

explicitados no edital, sob pena de entregar-se à subjetividade da Comissão o julgamento das propostas" (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 2007, p. 539).

Estipulados os critérios e exigências a serem obedecidos pelos licitantes, a Administração Pública deve-lhes estrita observância, não sendo cabível evadir-se das regras que ela própria determinou e às quais aderiram os licitantes.

Toda a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é nesse sentido, de que a Administração não pode desconsiderar o que foi estabelecido no edital no momento de julgamento das propostas, em virtude do princípio da vinculação, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ACÓRDÃO QUE AFIRMA O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA PELO CANDIDATO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou anti-isonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos.

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

3. Na hipótese, o Tribunal reconheceu que o edital não exigia a autenticação on line dos documentos da empresa. Rever essa afirmação, seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que não é possível no recurso especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Recurso especial não conhecido."

(REsp 1384138/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)

"ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO DE CANDIDATA DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E À POSSE NO CARGO. SITUAÇÃO PECULIAR. PREVISÃO EDITALÍCIA DE POSSIBILIDADE DE PROVIMENTO INFERIOR AO NÚMERO DE VAGAS.

1. O candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas tem direito líquido e certo à nomeação. Precedentes.

2. No presente caso, o edital condiciona as nomeações à necessidade do serviço, disponibilidade financeira e orçamentária e existência de cargos vagos, não vinculando a Administração à nomeação de número determinado de candidatos.

3. Dessa forma, deve prevalecer o estabelecido no instrumento convocatório, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da discricionariedade da Administração Pública.

4. Recurso ordinário não provido."

(RMS 37.249/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 15/04/2013)

Neste diapasão, cumpre que seja dado provimento ao presente pleito, a fim de que seja a CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA declarada inabilitada do Grupo 11 do Pregão Eletrônico nº. 10/2020 do Ministério da Economia, em virtude de a recorrida não ter cumprido com o que é expressamente previsto no texto do instrumento convocatório, tendo apresentado documentação de habilitação em descompasso com as previsões contidas no edital.

### 3. DO PEDIDO

Ex positis, roga a V. Sa. que dê provimento ao presente recurso para modificar a decisão ora vergastada, declarando a CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA inabilitada do Grupo 11 do Pregão Eletrônico nº. 10/2020 do Ministério da Economia, uma vez que patente o descumprimento do disposto aos termos do edital, e a inexecutabilidade da proposta ofertada pela recorrida, dando prosseguimento ao presente pregão sem a participação da referida empresa.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São Paulo, 6 de agosto de 2021.

Osvaldo Cavalcante Rocha  
Gerente de Expansão

**Fechar**